



CONCURSO PÚBLICO: PREFEITURA MUNICIPAL

Caderno de questões: Procurador Autárquico

DISCIPLINAS

Língua Portuguesa | Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:

- Verifique se este caderno contém uma prova, com total de 80 (oitenta) questões, sendo 08 de Língua Portuguesa e 72 de Conhecimentos Específicos, sequencialmente numeradas de 01 a 80.
- Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTA (GABARITO):

- Confira seus dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata da Sala.

AO TRANSFERIR A MARCAÇÃO DAS ALTERNATIVAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

- Use caneta **azul ou preta** e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



- Sua resposta **NÃO** será computada se estiver sem marcação ou se houver marcação de mais de uma alternativa.
- A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

AO TERMINAR A PROVA:

- A saída com o **CADERNO DE PROVAS** somente ocorrerá após três horas e quarenta e cinco minutos do início das provas.
- Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala, e até sua saída do prédio, não lhe será permitido o uso dos sanitários.
- Conforme edital, subitem 7.2.7.1, letra c) Os candidatos serão eliminados se os dispositivos eletrônicos sob seus cuidados emitirem algum sinal sonoro.
- O candidato que for eliminado deverá obrigatoriamente assinar o Termo de Eliminação do Concurso Público.

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

QUATRO HORAS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e depois responda às questões de 1 a 4:

Há cerca de quarenta anos cientistas notaram algo interessante na savana da África. As girafas comem a folhagem da *Acacia tortilis*, uma espécie de acácia que não gosta nem um pouco disso. Para se livrar dos herbívoros, poucos minutos depois de as girafas aparecerem as acácias bombeiam toxinas para as folhas. As girafas sabem disso e partem para as árvores próximas. Mas não tão próximas: primeiro elas pulam vários exemplares e só voltam a comer depois de uns 100 metros. O motivo é surpreendente: as acácias atacadas exalam um gás de alerta (no caso, etileno) que sinaliza às outras ao redor que surgiu um perigo. Com isso, todos os indivíduos alertados se preparam de antemão e também liberam toxinas. As girafas conhecem a tática e por isso avançam savana adentro até encontrarem árvores desavisadas. Ou então trabalham contra o vento, já que é ele que carrega a mensagem aromática, buscando acácias que ainda não detectaram sua presença.

Isso também acontece em outras florestas. Sejam faias, abetos ou carvalhos, as árvores percebem os ataques sofridos. Dessa forma, quando uma lagarta morde com vontade, o tecido da folha danificada se altera e ela envia sinais elétricos, da mesma forma que acontece com o corpo humano. No entanto, esse impulso não se espalha em milissegundos, como no nosso caso, mas a apenas 1 centímetro por minuto. Por isso demora até uma hora para que a substância defensiva chegue às folhas e acabe com a refeição da praga. As árvores não são rápidas, e mesmo em perigo essa parece ser sua velocidade máxima. [...]

A saliva de cada espécie de inseto é única e pode ser tão bem classificada que as árvores são capazes de emitir substâncias que atraem predadores específicos desses insetos, que atacam as pragas e em consequência ajudarão as árvores. Os olmos e pinheiros, por exemplo, apelam a pequenas vespas que depositam seus ovos no corpo das lagartas que comem folhas. A larva da vespa se desenvolve no interior da praga, que é devorada pouco a pouco, de dentro para fora. Assim as árvores se livram das pragas inconvenientes e podem continuar crescendo livremente. A capacidade de identificar a saliva das pragas comprova outra habilidade das árvores: elas também devem ter uma espécie de paladar.

(WOHLLEBEN, Peter. **A vida secreta das árvores**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. pp. 13-15).

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa correta sobre o texto acima:

- a) () Predomina no texto a tipologia descritiva; parte significativa do texto se concentra em descrever as árvores que compõem as florestas, apontando detalhes da formação das folhas e troncos.
- b) () O tema do texto é a forma como as árvores conseguem se defender de ataques de outros seres. O autor apresenta, com exemplos, estratégias usadas pelas árvores para se defender dos ataques sofridos por insetos e outros animais.
- c) () O texto é um trecho de um artigo científico, que segue a estrutura textual tradicional desse gênero: título, resumo, palavras-chave e introdução.
- d) () O autor inicia o texto com a apresentação de um exemplo que ilustra o tema, mas abandona essa estratégia de exemplificação no decorrer do trecho.

QUESTÃO 2

Em “**Para se livrar dos herbívoros**, poucos minutos depois de as girafas aparecerem as acácias bombeiam toxinas para as folhas”, o trecho destacado estabelece uma relação semântica de:

- a) () oposição.
- b) () adição.
- c) () finalidade.
- d) () condição.

QUESTÃO 3

Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () No trecho “[...] para que a substância defensiva chegue **às** folhas [...]”, a crase aparece porque o verbo “chegar” rege a preposição A, que se une ao artigo definido AS, relacionado a “folhas”.
- b) () No trecho “[...] as acácias atacadas exalam um gás de alerta (no caso, etileno) que sinaliza às outras [...]”, a crase é opcional.
- c) () Em “A saliva de cada espécie de inseto é única [...]”, o verbo ser está no presente do indicativo.
- d) () Em “[...] sinaliza às outras ao redor que **surgiu** um perigo [...]”, o verbo destacado está no pretérito perfeito do indicativo.

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa correta segundo o texto:

- a) () Há quarenta anos as girafas comem as folhas das acácias, mas as árvores aprenderam a liberar uma substância tóxica para se proteger.
- b) () Faias, abetos e carvalhos emitem sinais elétricos muito velozes para se defenderem de pragas.
- c) () As girafas que comem acácias precisam andar 100 metros dentro das florestas para não respirarem o gás etileno (que é tóxico para elas) liberado pelas árvores.
- d) () As árvores conseguem identificar o inseto que as ataca pela saliva do animal; em decorrência disso, liberam substâncias que vão atrair um predador desse inseto específico. O predador, ao atacá-lo, acaba ajudando as árvores.

QUESTÃO 5

Em relação ao uso dos termos destacados nos períodos abaixo, assinale a alternativa correta:

- I. Para **mim**, postar tudo o que se faz nas redes sociais é uma idiotice.
 - II. Desde o primeiro instante em que pôs os olhos na moça, Paulo amou-**a**.
 - III. As montanhas, **cujos** picos costumavam ficar cobertos de neve durante boa parte do ano, assombravam minha memória desde a infância.
- a) () Apenas I e II estão corretas, de acordo com a norma culta.
 - b) () Apenas II e III estão corretas, de acordo com a norma culta.
 - c) () Todas estão corretas, de acordo com a norma culta.
 - d) () Nenhuma está correta, de acordo com a norma culta.

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa **incorreta**, de acordo com a norma culta:

- a) () Já deu cinco horas.
- b) () Um ou outro aluno trazia sua garrafinha de água.
- c) () Deve fazer uns dez anos que não vou à praia.
- d) () Minas Gerais é grande produtor nacional de café.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa correta quanto ao uso da palavra em destaque:

- a) () Nossa mãe **cozia** nossas roupas quando estavam esgarçadas.
- b) () Maria Rita **acendeu** ao mais alto escalão daquela instituição federal.
- c) () **Concerta-se** celular.
- d) () O agrônomo precisou examinar os diversos **estratos** do solo naquela região.

QUESTÃO 8

Marque a alternativa em que todas as palavras estejam corretamente grafadas:

- a) () grandeza – palidês – remessa – mexer.
- b) () ágil – habilidade – muçulmano – jiló.
- c) () optar – opnião – faixa – coesão.
- d) () analisar – megera – empecilho – sobancelha.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 9

É sedimentado na doutrina que “*os direitos fundamentais constituem construção definitivamente integrada ao patrimônio comum da humanidade bem o demonstra a trajetória que levou à sua gradativa consagração no âmbito do direito constitucional e do assim chamado direito internacional dos direitos humanos*” (SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 13ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021, p. 21).

Sobre os direitos fundamentais, segundo a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) () É livre a manifestação do pensamento, assegurado o anonimato.
- b) () É assegurada, nas fotografias de documentos oficiais, a utilização de vestimentas ou acessórios que representem manifestação de fé, à luz do direito à liberdade de crença e religião, mesmo que inviável a adequada identificação individual.
- c) () Os direitos fundamentais têm caráter absoluto, já que o estatuto constitucional das liberdades públicas não permite que sobre os direitos fundamentais recaia qualquer tipo de restrição ou limitações de ordem legal.
- d) () As violações a direitos fundamentais não ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, mas igualmente nas relações travadas entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado.

QUESTÃO 10

Segundo a doutrina sobre os direitos sociais “*Nos Estados com problemas sérios de exclusão social derivados de dificuldades ou desequilíbrios de desenvolvimento ou de crescimento econômico, em que as questões sociais assumem um peso determinante no processo de construção do Estado de Direito e da democracia, a consideração de direitos sociais enquanto questão constitucional assume uma importância vital*” (NOVAIS, Jorge Reis. **Direitos Sociais: Teoria Jurídica dos Direitos Sociais Enquanto Direitos Fundamentais**. 2ª ed. Lisboa: AAFDL Editora, 2016, p. 15-16).

Sobre os direitos sociais esculpidos na Constituição Federal de 1988, segundo o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) () É inconstitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação comercial.
- b) () Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- c) () O direito de greve é assegurado a todo trabalhador, público ou privado, desde que haja prévio ajuste com o empregador e com o poder público.
- d) () São direitos sociais, dentre outros, o direito de acesso à internet gratuita e de qualidade, a ser oferecida pelo Município.

QUESTÃO 11

Sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) () A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende, apenas, a União, os Estados e o Distrito Federal, todos autônomos.
- b) () É inconstitucional lei municipal que, a pretexto de proteger o meio ambiente, defender a saúde e regulamentar o uso e ocupação do solo e o zoneamento urbano, estabelece a obrigatoriedade de condicionantes para a instalação e o funcionamento de equipamentos relacionais às Estações Transmissoras de Radiocomunicação ETR, por violar competência material e legislativa privativa da União.
- c) () O Município rege-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- d) () Não é competência do município fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

QUESTÃO 12

Segundo a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, em relação ao regime jurídico-constitucional da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) () A nomeação de cônjuge, companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, da autoridade nomeante viola a Constituição Federal.
- b) () A investidura em cargo ou emprego público, mesmo os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- c) () A Administração Pública não pode declarar a nulidade dos seus próprios atos, dependendo, sempre, de provimento jurisdicional para esta finalidade.
- d) () É vedada a conversão de férias não gozadas em indenização pecuniária, mesmo àqueles que não podem mais delas usufruir em decorrência da inatividade.

QUESTÃO 13

Sobre a Administração Pública, segundo o texto da Constituição de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) () É permitida a acumulação de quaisquer cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários.
- b) () É obrigatório ao servidor público civil a associação sindical.
- c) () É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- d) () A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.

QUESTÃO 14

Segundo a doutrina constitucional brasileira “*O Estado brasileiro organiza-se em consonância com o modelo de Estado moderno, repartindo suas competências e atividades em funções estatais denominadas de Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Muito embora tais Poderes possam agregar atividades e competências facilmente definidas, todos possuem um feixe de atribuições comuns, unificadas pela ideia e pela forma de administração pública, que permeia todo o Estado*” (MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 18ª ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023, p. 970).

Ainda segundo a doutrina e sobre os princípios regentes da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) () O princípio da publicidade está ligado ao direito de informação do cidadão, mas não ao dever de transparência do Estado.
- b) () O princípio da legalidade refere-se a um tipo de norma específica, ou seja, lei em *sentido estrito*, não alcançando um bloco de legalidade mais amplificado (bloco de legalidade ou de constitucionalidade).
- c) () O princípio da impessoalidade impõe ao gestor público a obrigação de tratar todos igualmente, mesmo quando haja justificativa para o tratamento desigual.
- d) () O princípio da legalidade, tal como incorporado pelas Constituições brasileiras, traduz a concepção moderna de lei como instrumento de proteção das liberdades individuais.

QUESTÃO 15

O controle de constitucionalidade “*Iniciado em 1803 nos Estados Unidos da América, por força de uma assunção autorreferencial de competências por parte do Supremo Tribunal Federal, e instituído na Europa através das constituições portuguesa de 1911 e austríaca de 1920, respectivamente, nas suas variantes difusa e concentrada, o controle jurisdicional da constitucionalidade é, no tempo presente, uma garantia inseparável da normatividade de um dado ordenamento constitucional*” (MORAIS, Carlos Blanco de. **Justiça Constitucional: Garantia da Constituição e controlo da constitucionalidade**. Tomo I. 2ª ed. Coimbra: Editora Coimbra, 2006, p. 95-96).

Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) () Os vícios materiais traduzem defeito de formação do ato normativo, pela inobservância de princípio de ordem técnica ou procedimental ou pela violação de regras de competência. Nesses casos, viciado é o ato nos seus pressupostos, no seu procedimento de formação, na sua forma final.
- b) () Os vícios formais estritos dizem respeito ao próprio conteúdo ou ao aspecto substantivo do ato, originando-se de um conflito com regras ou princípios estabelecidos na Constituição.
- c) () Não é possível falar em inconstitucionalidade de normas constitucionais, mesmo em razão de afronta ao processo de reforma da Constituição ou em razão de afronta às chamadas cláusulas pétreas.
- d) () O controle da inconstitucionalidade por omissão tem por objeto não só a inércia do legislador em promover a devida concretização da norma constitucional, mas também a inércia administrativa em garantir a efetividade da norma constitucional.

QUESTÃO 16

Ainda sobre o controle de constitucionalidade e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) () A decisão do STF declarando a inconstitucionalidade de preceito normativo produz a automática reforma ou rescisão das sentenças anteriores que tenham adotado entendimento diferente.
- b) () Cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.
- c) () Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- d) () É necessária a submissão de demanda judicial à reserva de plenário nas hipóteses em que a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário ou súmula do STF.

QUESTÃO 17

Segundo o texto da Constituição Federal de 1988, sobre o meio ambiente, assinale a alternativa correta.

- a) () Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- b) () Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a indenizar o Estado pelo meio ambiente degradado.
- c) () A responsabilização penal e administrativa dos infratores e promovedores de atividades lesivas ao meio ambiente exclui a obrigação de reparar os danos causados.
- d) () As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão apenas infratores pessoas físicas às sanções penais e administrativas.

QUESTÃO 18

Sobre o direito ao meio ambiente, nos termos da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) () O art. 225, § 3º, da Constituição Federal condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa.
- b) () A reparação do dano ao meio ambiente é direito fundamental indisponível, sendo imperativo o reconhecimento da imprescritibilidade no que toca à recomposição dos danos ambientais.
- c) () A dispensa, por lei municipal, de licenciamento de atividades potencialmente lesivas ao meio ambiente não importa em afronta ao art. 225 da Constituição Federal.
- d) () Ofende direito subjetivo dos particulares a criação de unidade de proteção integral, mesmo quando se baseia em procedimento em que se observaram todos os requisitos da lei n.º 9.985/2000.

QUESTÃO 19

De acordo com a Lei 14.133/2021, a concorrência é a “modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia”. A respeito da modalidade concorrência, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () A modalidade concorrência poderá ter como critério de julgamento, entre outros, o de menor preço, sendo vedada, entretanto, a adoção do critério de maior retorno econômico.
- b) () A concorrência, assim como o Pregão, segue o rito procedimental comum.
- c) () As licitações pela modalidade concorrência serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
- d) () Em regra, o processo de licitação pela modalidade concorrência observará as seguintes fases, em sequência: I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - recursal; e VII - de homologação.

QUESTÃO 20

Segundo o que dispõe a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, acerca do processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, é correto afirmar que:

- a) () O processo de contratação direta deverá ser sempre instruído com documento de formalização de demanda e estudo técnico preliminar.
- b) () O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato prescinde de divulgação em sítio eletrônico oficial da contratante.

- c) () Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- d) () O processo de contratação direta deverá ser instruído com a razão da escolha do contratado e a justificativa de preço, dispensando, entretanto, a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação mínima necessária.

QUESTÃO 21

Sobre as cláusulas necessárias nos contratos administrativos, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () Todo contato administrativo deve conter, entre outras, cláusulas referentes ao objeto e seus elementos característicos, ao preço e às condições de pagamento.
- b) () A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, está prevista no rol legal das cláusulas necessárias nos contratos administrativos.
- c) () Independentemente do prazo de duração, o contrato administrativo deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- d) () Todos os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, sem exceção, deverão conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual.

QUESTÃO 22

Analise as assertivas a seguir consoante a Lei 13.848/2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras.

- I** – A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação.
- II** – A adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão, nos termos de regulamento, precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo.
- III** – O processo de decisão da agência reguladora referente à regulação poderá ter caráter colegiado ou singular.
- IV** – Serão objeto de consulta pública, previamente à tomada de decisão pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada, as minutas e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados.

Acerca das assertivas acima, assinale a alternativa correta:

- a) () Apenas 3 assertivas estão corretas.
- b) () Apenas 2 assertivas estão corretas.
- c) () Todas as assertivas estão corretas.
- d) () Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 23

No que se refere à interação operacional entre as agências reguladoras federais e as agências reguladoras ou os órgãos de regulação municipais, assinale a alternativa correta de acordo com o disposto na Lei 13.848/2019:

- a) () A execução, por agência reguladora ou órgão de regulação municipal, das atividades delegadas somente será avaliada pela agência reguladora federal se houver previsão expressa nesse sentido no respectivo acordo de cooperação.
- b) () Se houver delegação de competência, a agência reguladora delegante permanecerá como instância superior e recursal das decisões tomadas no exercício da competência delegada.
- c) () A delegação de competências normativas poderá ocorrer em caráter excepcional.
- d) () A agência reguladora ou o órgão regulador municipal conveniado, no exercício de competência fiscalizatória delegada, poderá exigir de concessionária ou permissionária obrigação não prevista previamente em contrato.

QUESTÃO 24

A Lei 13.655/2018 alterou a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB (Decreto-Lei n.º 4.657/42), nela inserindo dispositivos que buscaram disciplinar, em caráter geral, a criação e aplicação do direito público no Brasil. Sobre a Lei 13.655/2018, é correto afirmar que:

- a) () A norma prevê a responsabilização pessoal dos agentes públicos, por suas decisões ou opiniões técnicas, nos casos de dolo ou erro grosseiro.
- b) () A norma impediu a responsabilização pessoal do agente público pela prática de atos de má-fé ou com culpa grave, afastando as responsabilidades política, penal e por improbidade administrativa, razão pela qual o art. 28 da LINDB foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) () A LINDB passou a estabelecer que, na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, ficando os direitos dos administrados em segundo plano.
- d) () Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, deverá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa **incorreta** acerca da intervenção estatal na propriedade privada:

- a) () A desapropriação é forma restritiva de intervenção estatal na propriedade.
- b) () A requisição administrativa é a modalidade de intervenção estatal por meio da qual o Poder Público utiliza a propriedade particular, diante de situação de iminente perigo público, sendo assegurada ao proprietário indenização posterior, se houver dano.
- c) () A servidão administrativa sempre configurará forma supressiva de intervenção estatal na propriedade.
- d) () O tombamento não configura modalidade de intervenção estatal na propriedade privada.

QUESTÃO 26

Analisar as assertivas a seguir de acordo com a Lei 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

- I** – A decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade não podem ser objeto de delegação, mas a edição de atos de caráter normativo, mediante decisão fundamentada, poderá ser delegada.
- II** – A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.
- III** – Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- IV** – Em regra, os recursos administrativos terão efeito suspensivo.

Acerca das assertivas acima, assinale a alternativa correta:

- a) () Todas as assertivas estão corretas.
- b) () Todas as assertivas estão incorretas.
- c) () Apenas 2 assertivas estão corretas.
- d) () Apenas 3 assertivas estão corretas.

QUESTÃO 27

De acordo com a Lei 13.869/2019, que dispõe, entre outros, sobre os crimes de abuso de autoridade, é **incorreto** afirmar que:

- a) () As condutas descritas na Lei 13.869/2019 constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.
- b) () A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- c) () É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas; membros do Poder Legislativo; membros do Poder Executivo; membros do Poder Judiciário; membros do Ministério Público; membros dos tribunais ou conselhos de contas.
- d) () Os crimes previstos na Lei 13.869/2019 são de ação penal pública condicionada.

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa correta sobre as parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública, segundo o que dispõe a Lei 11.079/2004:

- a) () Com o advento da Lei 14.133/2021, a contratação de parceria público-privada será sempre precedida de licitação na modalidade diálogo competitivo.
- b) () É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos, ou que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- c) () As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada jamais poderão ser garantidas mediante vinculação de receitas.
- d) () A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por ordem bancária, porém a lei não admite a outorga de direitos sobre bens públicos dominicais para esta finalidade.

QUESTÃO 29

Com base na Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta:

- a) () São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
- b) () São Receitas de Capital as receitas: tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.
- c) () Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- d) () Classificam-se como Investimentos as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

QUESTÃO 30

Sobre o Sistema Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- a) () O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
- b) () A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei complementar, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.
- c) () As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- d) () A lei poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei complementar, estabelecer normas de igual objetivo.

QUESTÃO 31

Nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
- b) () Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
- c) () O não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- d) () Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

QUESTÃO 32

É **incorreto** afirmar que a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

- a) () À capitulação legal do fato.
- b) () À natureza ou às circunstâncias materiais do fato.
- c) () À natureza da penalidade aplicável.
- d) () À autoria, imputabilidade ou culpabilidade.

QUESTÃO 33

Sobre a Lei nº 6.830/1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- a) () A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- b) () A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública não exclui a do juízo do inventário.
- c) () A produção de provas pela Fazenda Pública prescinde de requerimento na petição inicial.
- d) () O executado será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa.

QUESTÃO 34

De acordo com o art. 3º, § único, da Lei Federal n. 6.766/1979, a qual dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, não será permitido o parcelamento do solo, **exceto**:

- a) () em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.
- b) () em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação.
- c) () em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, ainda que previamente saneados.
- d) () em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

QUESTÃO 35

Segundo a Lei de Locação de Imóveis Urbanos – Lei Federal n. 8.245/1991 –, é correto afirmar que se entendem por despesas ordinárias de condomínio as necessárias à administração respectiva, à **exceção** de:

- a) () reposição do fundo de reserva, total ou parcialmente utilizado no custeio ou complementação das despesas referidas nas alíneas anteriores, salvo se referentes a período anterior ao início da locação.
- b) () manutenção e conservação das instalações e equipamentos de uso comum destinados à prática de esportes e lazer.
- c) () salários, encargos trabalhistas, contribuições previdenciárias e sociais dos empregados do condomínio.
- d) () obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício.

QUESTÃO 36

Conforme a Lei Federal n. 10.741/2003, que trata sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa idosa goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

- a) () reserva de pelo menos 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento às pessoas idosas.
- b) () eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade à pessoa idosa.
- c) () implantação de equipamentos urbanos individuais e coletivos voltados à pessoa idosa.
- d) () critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão da pessoa idosa e de sua família.

QUESTÃO 37

Levando em consideração o direito das relações de consumo, nos termos do art. 5º da Lei Federal n. 8.078/1990, **não** é um instrumento do poder público para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo:

- a) () manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.
- b) () criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo.
- c) () criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo.
- d) () instituição de mecanismos de prevenção e tratamento extrajudicial e judicial do superendividamento e de proteção do consumidor pessoa natural.

QUESTÃO 38

Acerca das disposições previstas na Lei n. 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), além da matrícula, serão feitos os registros no Registro de Imóveis, **excetuando**:

- a) () da notificação para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel urbano.
- b) () das incorporações, instituições e convenções de condomínio.
- c) () do patrimônio rural em afetação em garantia.
- d) () da dação em pagamento.

QUESTÃO 39

Sobre os bens públicos, à luz do Código Civil, Lei n. 10.406/2002, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público externo; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) () os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- c) () os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- d) () os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

QUESTÃO 40

Em relação ao Seguro de Pessoa, previsto na Lei n. 10.406/2002 (Código Civil), assinale a opção correta:

- a) () não é válida a instituição do companheiro como beneficiário, se ao tempo do contrato o segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato.
- b) () no seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte, o capital estipulado não está sujeito às dívidas do segurado, mas se considera herança para todos os efeitos de direito.
- c) () é anulável, no seguro de pessoa, qualquer transação para pagamento reduzido do capital segurado.
- d) () o prêmio, no seguro de vida, será conveniado por prazo limitado, ou por toda a vida do segurado.

QUESTÃO 41

Segundo o Código Civil (Lei n. 10.406/2002), o penhor **não** se extingue:

- a) () extinguindo-se a obrigação.
- b) () pela cessação do motivo de que se origina.
- c) () renunciando o credor.
- d) () confundindo-se na mesma pessoa as qualidades de credor e de dono da coisa.

QUESTÃO 42

Conforme o Código de Processo Civil, compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar, **exceto**:

- a) () as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
- b) () as ações em que no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação.
- c) () as ações em que o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.
- d) () as ações em que as partes se submeterem à jurisdição nacional de forma expressa apenas.

QUESTÃO 43

A lei processual cível prevê a cooperação jurídica internacional que será regida por tratado de que o Brasil faz parte, observando alguns requisitos. As alternativas traduzem essas condições, **exceto**:

- a) () o respeito às garantias do devido processo legal no Estado requerente.
- b) () a igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos, assegurando-se assistência judiciária aos necessitados.
- c) () a publicidade processual, exceto nas hipóteses de sigilo previstas na legislação brasileira ou na do Estado requerente.
- d) () a inexistência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação; a espontaneidade na transmissão de informações a autoridades estrangeiras.

QUESTÃO 44

A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) () Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.
- b) () Sendo incerto e desconhecido o domicílio do réu, ele poderá ser demandado apenas no foro de domicílio do autor.
- c) () Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.
- d) () Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.

QUESTÃO 45

No Processo Civil há conflito de competência, **exceto**:

- a) () Quando 3 (três) juízes se declaram competentes.
- b) () Quando 2 (dois) ou mais juízes se consideram incompetentes, atribuindo um ao outro a competência.
- c) () Quando entre 1 (um) juiz surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.
- d) () Quando, entre 2 (dois) ou mais juízes, surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

QUESTÃO 46

A sentença processual cível condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente. Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

- I - o grau de zelo do profissional;
- II - o lugar de prestação do serviço;
- III - a natureza e a importância da causa;
- IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Assinale a alternativa correta:

- a) () Apenas os itens I e III são falsos.
- b) () Apenas os itens II e IV são falsos.
- c) () Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- d) () Todas as assertivas são verdadeiras.

QUESTÃO 47

Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro. Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos, **exceto**:

- a) () o cônjuge ou companheiro, quando defende a posse de bens próprios ou de sua meação.
- b) () o adquirente de bens cuja constrição decorreu de decisão que declara a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução.
- c) () o devedor com garantia para obstar expropriação judicial do objeto de direito real de garantia, caso não tenha sido intimado, nos termos legais dos atos expropriatórios respectivos.
- d) () quem sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa que melhor define as possibilidades de se requerer a substituição da penhora.

- a) () ela não obedecer à ordem legal; ela não incidir sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento; havendo bens no foro da execução, outros tiverem sido penhorados; havendo bens livres, ela tiver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame; ela incidir sobre bens de baixa liquidez; fracassar a tentativa de alienação judicial do bem; ou o executado indicar o valor dos bens.
- b) () ela não obedecer à ordem legal; ela não incidir sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento; havendo bens no foro da execução, outros tiverem sido penhorados; havendo bens livres, ela tiver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame; ela incidir sobre bens de baixa liquidez; fracassar a tentativa de alienação judicial do bem; ou o executado não indicar o valor dos bens ou omitir qualquer das indicações previstas em lei.
- c) () ela obedecer à ordem legal; ela incidir sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento; havendo bens no foro da execução, outros tiverem sido penhorados; havendo bens livres, ela tiver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame; ela incidir sobre bens de baixa liquidez; fracassar a tentativa de alienação judicial do bem.
- d) () havendo bens no foro da execução, outros tiverem sido penhorados; havendo bens livres, ela tiver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame; ela incidir sobre bens de baixa liquidez; fracassar a tentativa de alienação judicial do bem.

QUESTÃO 49

O processo civil disciplina que distribuídos os recursos, os autos serão imediatamente conclusos ao relator, que, em 30 (trinta) dias, depois de elaborar o voto, restitui-los-á, com relatório, à secretaria. Incumbe ao relator, **exceto**:

- a) () dirigir e ordenar o processo no tribunal.
- b) () apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos.
- c) () intimar o Ministério Público.
- d) () não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

QUESTÃO 50

De acordo com o Código de Processo Civil a decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

- I - se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz; ofender a coisa julgada; violar manifestamente norma jurídica.
- II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente; for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.
- III - resultar de culpa da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei; for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.
- VI - obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

Assinale a alternativa correta:

- a) () Apenas os itens III e IV são falsos.
- b) () Apenas os itens II e IV são falsos.

- c) () Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- d) () Todas as assertivas são verdadeiras.

QUESTÃO 51

Segundo o código de processo civil, caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público, **exceto**:

- a) () para preservar a competência do tribunal; para garantir a autoridade das decisões do tribunal.
- b) () garantir a observância de enunciado de súmula e de decisão dos Tribunais e do Superior Tribunal de Justiça.
- c) () garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.
- d) () garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

QUESTÃO 52

Com base no art. 225 da Constituição Federal, que trata do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e dos deveres do Poder Público para assegurar esse direito, qual das alternativas abaixo **não** corresponde a uma incumbência do Poder Público:

- a) () Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- b) () Manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar.
- c) () Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de viabilidade ambiental.
- d) () Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

QUESTÃO 53

Com base no art. 4º da Lei Complementar nº 140/2011, os entes federativos podem valer-se, entre outros, dos seguintes instrumentos de cooperação institucional, **exceto**:

- a) () Consórcios públicos.
- b) () Convênios.
- c) () Delegação de atribuições de um ente federativo a outro.
- d) () Comissão Bipartite Nacional.

QUESTÃO 54

A Política Nacional do Meio Ambiente visará, **exceto**:

- a) () À criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico.
- b) () À compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
- c) () Ao estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
- d) () À imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

QUESTÃO 55

Assinale a alternativa **incorreta**. Compete ao Conselho Nacional do Meio Ambiente:

- a) () Estabelecer, mediante proposta do IBAMA, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pela União, pelos Estados e pelos Municípios e supervisionado pelo IBAMA.
- b) () Determinar, quando julgar necessária, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem assim a entidades privadas, as informações indispensáveis para apreciação dos estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, especialmente nas áreas consideradas patrimônio nacional.
- c) () Homologar acordos visando à transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental.
- d) () Estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes.

QUESTÃO 56

De acordo com o art. 3º da Lei 12.651/2012, assinale a alternativa correta:

- a) () Área de Preservação Permanente - APP: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.
- b) () Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso.
- c) () Reserva Legal: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- d) () Interesse social: as atividades de segurança nacional e proteção sanitária.

QUESTÃO 57

Sobre o regime de proteção das áreas verdes urbanas, o poder público municipal contará com os seguintes instrumentos, **exceto**:

- a) () O exercício do direito de preempção para aquisição de remanescentes florestais relevantes.
- b) () A transformação das Reservas Legais em áreas verdes nas expansões urbanas.
- c) () O estabelecimento de exigência de áreas verdes nos loteamentos, empreendimentos comerciais e na implantação de infraestrutura.
- d) () O exercício do direito de desapropriação para aquisição de remanescentes florestais relevantes.

QUESTÃO 58

Nos termos da Lei nº 11.284/2006, **não** constitui princípio da gestão de florestas públicas:

- a) () A proteção dos ecossistemas, do solo, da água, da biodiversidade e valores culturais associados, bem como do patrimônio público.
- b) () A concessão de uso, por meio de projetos de assentamento florestal, de desenvolvimento sustentável ou agroextrativistas.
- c) () O fomento ao conhecimento e a promoção da conscientização da população sobre a importância da conservação, da recuperação e do manejo sustentável dos recursos florestais.
- d) () A garantia de condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo no manejo, na conservação e na recuperação das florestas.

QUESTÃO 59

Para os fins previstos na Lei nº 9.985/2000, assinale a alternativa correta:

- a) () Recurso ambiental: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte.
- b) () Diversidade biológica: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.
- c) () Proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.
- d) () Manejo: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

QUESTÃO 60

A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos, **exceto**:

- a) () Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.
- b) () A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.
- c) () A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.
- d) () A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

QUESTÃO 61

Para a Lei nº 9.605/1998, **não** é pena restritiva de direitos:

- a) () Prestação de serviços à comunidade.
- b) () Suspensão temporária de direitos.
- c) () Recolhimento domiciliar.
- d) () Prestação pecuniária.

QUESTÃO 62

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Rio Verde, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Secretários Municipais, os Vereadores, seus respectivos cônjuges ou companheiros(as) e os servidores municipais não poderão contratar com o Município, proibição que subsistirá por até 12 (doze) meses após findas as respectivas funções.
- b) () O Município, desobrigado de qualquer indenização, retomar os serviços permitidos ou concedidos, quando: estiverem sendo providamente executados em desconformidade com o ato da permissão ou autorização e com o contrato de concessão; se revelarem inequivocamente insuficientes para o satisfatório atendimento dos usuários; o autorizado, permissionário ou concessionário impedir a fiscalização pelo município dos serviços objeto de autorização, permissão ou concessão.
- c) () São símbolos do Município a Bandeira, o Hino e o Brasão que representam a sua cultura e a sua história.
- d) () Cabe privativamente ao Município, dentre outras atribuições: legislar sobre assuntos de interesse local; elaborar o orçamento anual e plurianual de investimento; instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas; criar, organizar, suprimir e fundir distritos.

QUESTÃO 63

Segundo o que dispõe a Lei Complementar Municipal n. 182/2020, é correto afirmar que a Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico – AMAE:

- a) () integra a Administração Direta do Município.
- b) () na qualidade de fundação pública municipal, integra a Administração Indireta do Município de Rio Verde.
- c) () na qualidade de autarquia voltada para o desenvolvimento urbano e rural, integra a Administração Indireta do Município de Rio Verde.
- d) () o cargo de Presidente da Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Água e Esgoto – AMAE apresenta nível hierárquico e funcional inferior ao dos Secretários Municipais.

QUESTÃO 64

Analise as assertivas a seguir de acordo com a Lei Complementar Municipal 186/2020.

- I** – O período máximo para manutenção do auxílio-doença é de 2 (dois) anos ininterruptos, quando poderá, a critério da Junta Médica Oficial, ser convertido em aposentadoria por invalidez permanente, salvo se o servidor puder ser readaptado para outra função, nos termos do Estatuto dos Servidores do Município de Rio Verde.
- II** – Quando pai e mãe forem segurados do Regime Próprio de Previdência Social, o benefício do salário-família será pago somente à mãe.
- III** – O pagamento do salário-família ficará condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho, ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e comprovação de frequência à escola.

Acerca das assertivas acima, assinale a alternativa correta:

- a) () Todas as assertivas estão corretas.
- b) () Todas as assertivas estão incorretas.
- c) () Apenas 1 assertiva está correta.
- d) () Apenas 2 assertivas estão corretas.

QUESTÃO 65

Assinale a alternativa **incorreta** segundo o que dispõe a Lei Complementar Municipal n. 5.564/2009 (sobre a organização da Procuradoria-Geral do Município de Rio Verde) e suas alterações:

- a) () Aplica-se ao cargo de Procurador Autárquico da AMAE, no que se refere aos critérios para progressão vertical e horizontal na carreira, as mesmas regras previstas para o cargo de Procurador do Município.
- b) () A progressão vertical de um nível para outro superior dos integrantes da carreira de Procurador do Município far-se-á por antiguidade ou merecimento.
- c) () Ainda que ocorram, no âmbito da Administração Indireta do próprio Município, a disposição ou a cessão de Procurador do Município para prestar serviço fora do âmbito da Procuradoria-Geral do Município somente serão permitidas se com ônus para o órgão requisitante.
- d) () A Procuradoria-Geral do Município poderá receber, em cessão, servidor estadual ou federal, arcando o Município com o ônus correspondente, salvo convênio que estabeleça o contrário.

QUESTÃO 66

Analise as assertivas a seguir de acordo com a Lei Complementar Municipal 130/2018, que dispõe sobre a criação da Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico - AMAE.

- I** – Compete à AMAE adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, atuando com independência decisória e imparcialidade, em observância aos princípios da legalidade,

impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a fiscalização e a garantia do cumprimento dos contratos de concessão e de programa, dos planos municipais ou regionais de saneamento básico e dos planos de execução dos serviços elaborados pelos operadores, nos termos estabelecidos nos instrumentos de delegação e legislação aplicável.

II – O exercício da função de regulação atenderá aos princípios da independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora; transparência; tecnicidade; celeridade e objetividade das decisões.

III – Qualquer usuário dos serviços terá o direito de peticionar ou de recorrer contra deliberação da AMAE no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após sua divulgação.

Acerca das assertivas acima, assinale a alternativa correta:

- a) () Todas as assertivas estão corretas.
- b) () Todas as assertivas estão incorretas.
- c) () Apenas 1 assertiva está correta.
- d) () Apenas 2 assertivas estão corretas.

QUESTÃO 67

De acordo com o Código de Posturas do Município de Rio Verde (Lei Complementar Municipal n. 3.635/1998 e suas alterações), é correto afirmar que:

- a) () Nas vias que não forem dotadas de rede de esgoto deverão ser construídas fossas sépticas com sumidouro, sendo a construção de exclusiva responsabilidade do Poder Público Municipal e a respectiva manutenção de responsabilidade dos respectivos proprietários.
- b) () É proibido a qualquer pessoa permitir o escoamento de água servida oriunda de lavagem de roupas, utilizadas em cozinhas e banheiros, das propriedades para as vias públicas, ficando os proprietários obrigados a lançá-la no esgoto ou em fossa séptica quando o bairro não for dotado do mesmo.
- c) () Os resíduos de fábricas e oficinas serão removidos por conta dos proprietários, incumbindo à Administração Municipal a remoção de terra, folhas e galhos de jardins públicos e privados.
- d) () Os proprietários de terrenos com erosão devem comunicar imediatamente os órgãos competentes da Prefeitura para que a administração municipal adote, às suas expensas, todas as medidas necessárias relacionadas às obras de recuperação do terreno.

QUESTÃO 68

Acerca da cessão de bens públicos para organizações sociais sem fins lucrativos, assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a Lei Municipal 6.969/2019:

- a) () A Lei Municipal 6.969/2019 tem por objeto a cessão onerosa de bens móveis e imóveis à Organização Social sem fins lucrativos que celebrar contrato de gestão com o Município na área da saúde.
- b) () Embora a Lei Municipal 6.969/2019 autorize a cessão gratuita de bens móveis à Organização Social sem fins lucrativos que celebrar contrato de gestão com o Município na área da saúde, prevê, quanto aos bens imóveis, que a cessão será sempre onerosa.
- c) () É expressamente permitida à Organização Social a cessão parcial de bens móveis e imóveis cujo uso lhe tenha sido cedido pelo Município por força do disposto na Lei Municipal 6.969/2019.
- d) () A Organização Social cessionária se compromete a restituir ao Ente Público cedente todos os bens cedidos, no estado normal de uso, com a extinção do contrato de gestão, independentemente da sua causa.

QUESTÃO 69

Analise as assertivas a seguir de acordo com a Lei Municipal 6.964/2019, que dispõe sobre qualificação de entidades como organizações sociais municipais, sem fins lucrativos, na área da saúde.

- I – A qualificação de pessoas jurídicas de direito privado como organizações sociais, sem fins lucrativos, na área da saúde do Município de Rio Verde, Goiás, exige a promulgação de lei específica.
- II – A Lei Municipal 6.964/2019 admite a qualificação como organização social sem fins lucrativos de entidade já qualificada pelo Município de Rio Verde como organização da sociedade civil de interesse público.
- III – A desqualificação de entidades nas hipóteses previstas na Lei Municipal 6.964/2019 dar-se-á por meio de ato do Poder Executivo.

Acerca das assertivas acima, assinale a alternativa correta:

- a) () Todas as assertivas estão corretas.
- b) () Todas as assertivas estão incorretas.
- c) () Apenas 1 assertiva está correta.
- d) () Apenas 2 assertivas estão corretas.

QUESTÃO 70

O regime estatutário é composto de regras que regem a relação da Administração Pública e dos servidores públicos com base em estatuto próprio. O servidor público que mantém vínculo com o Município de Rio Verde, Goiás, vincula-se aos ditames da Lei Municipal 3.968/2000. De acordo com o disposto no mencionado diploma legal, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () Em caso de doença comprovada, a posse – aceitação formal das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo – poderá ser dada por procuração.
- b) () Sempre que o servidor em estágio probatório for nomeado para cargo ou função em comissão, o estágio probatório ficará obrigatoriamente suspenso. Trata-se, pois, de regra estatutária que não comporta exceção.
- c) () Em regra, o servidor que interromper o exercício por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 45 (quarenta e cinco) dias intercalados, sem justa causa, dentro do período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, será demitido por abandono do cargo, depois de convocado por edital.
- d) () A remoção é a movimentação do funcionário, a pedido ou de ofício, mediante preenchimento de lotação, sem se modificar, entretanto, a sua situação funcional.

QUESTÃO 71

Sobre a Lei 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, é **incorreto** afirmar que:

- a) () A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.
- b) () O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.
- c) () A Lei 8.987/1995 veda expressamente a contratação de empresas em consórcio.
- d) () De acordo com a Lei 8.987/1995, serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

QUESTÃO 72

Segundo o que dispõe a Resolução Normativa n.º 08/2021 da AMAE e suas alterações (RN 15 e 25), assinale a alternativa **incorreta** acerca das condições gerais para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário:

- a) () É vedado ao usuário intervir nas redes, no ramal predial e no padrão de ligação de água e/ou de esgoto, ainda que com o objetivo de melhorar suas condições de funcionamento.
- b) () Em loteamentos, condomínios e outros empreendimentos similares, bem como nos casos de ampliação daqueles já existentes, o prestador de serviços, por solicitação do interessado, analisará a viabilidade e emitirá a Análise de Viabilidade Técnica Operacional – AVTO, para o sistema de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário, estabelecendo as condições técnicas e operacionais para que o empreendimento seja atendido.
- c) () O prestador de serviços, após aviso ao usuário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data prevista para a suspensão, poderá suspender a prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, por inadimplemento do usuário quanto ao pagamento das tarifas.
- d) () Uma vez constatada que a suspensão dos serviços de abastecimento de água e/ou de coleta de esgoto sanitário foi indevida, o prestador de serviços ficará obrigado a efetuar a religação, no prazo máximo de 06 (seis) horas, sem ônus para o usuário.

QUESTÃO 73

Analise as assertivas a seguir de acordo com a Lei Municipal 7.015/2019, que cria e regulamenta a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos – TRCF devida à Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Água e Esgotos de Rio Verde – AMAE/RIO VERDE.

- I – A TRCF tem como fato gerador o exercício do poder de polícia relativo às atividades de regulação, controle e fiscalização sobre a prestação de serviços públicos concedidos, delegados, permitidos e/ou autorizados de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto do Município de Rio Verde, Goiás, pela AMAE/RIO VERDE.
- II – O lançamento da TRCF é mensal, devendo ser recolhida pela prestadora até o décimo dia útil do mês por meio de documento único de arrecadação – DUAM.
- III – É expressamente vedada pela Lei Municipal 7.015/2019 a realização de lançamento de ofício da TRCF pela AMAE/RIO VERDE.

Acerca das assertivas acima, assinale a alternativa correta:

- a) () Apenas 2 assertivas estão corretas.
- b) () Apenas 1 assertiva está correta
- c) () Todas as assertivas estão corretas.
- d) () Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 74

A Lei N° 11.445, de 5 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. De acordo com a referida Lei, um diagnóstico da situação do saneamento básico e de seus impactos nas condições de vida da população, bem como objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização e proposição de ações para emergências e contingências é requisito para qual etapa do serviço público de saneamento básico? Marque a alternativa correta.

- a) () Do planejamento.
- b) () Da regulação.
- c) () Da cobrança pelos serviços.
- d) () Dos requisitos técnicos.

QUESTÃO 75

De acordo com a Lei Federal nº 9.984/2020, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:

- a) () disciplinar, em caráter deliberativo, a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.
- b) () fiscalizar os usos de recursos hídricos nos corpos de água de domínio dos Estados e Municípios.
- c) () organizar, implantar e gerir o Sistema Regional de Informações sobre Recursos Hídricos.
- d) () organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB).

QUESTÃO 76

O Decreto Federal nº 7.217/2010, que estabelece normas para execução da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, considera serviços públicos de abastecimento de água a sua distribuição mediante ligação predial, incluindo eventuais instrumentos de medição, bem como, quando vinculadas a esta finalidade, as seguintes atividades:

- I - reservação de água bruta.
- II - captação.
- III - adução de água bruta.
- IV - tratamento de água.
- V - adução de água tratada.
- VI - reservação de água tratada.

Assinale a alternativa correta:

- a) () Apenas os itens II, IV e VI são verdadeiros.
- b) () Apenas os itens I, III, IV e VI são verdadeiros.
- c) () Apenas os itens I, III, IV e V são verdadeiros.
- d) () Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 77

A Resolução da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) nº 79, de 14 de junho de 2021, aprovou a Norma de Referência nº 1 para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros da cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, bem como os procedimentos e prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias. De acordo com a norma, para definição do valor a ser cobrado de cada usuário, pode-se considerar para a quantificação dos resíduos, mediante a aplicação, isolada ou conjunta, dos seguintes parâmetros, **exceto**:

- a) () Características dos lotes e as áreas que podem ser neles edificadas: dimensões do imóvel, área construída, dentre outros.
- b) () Peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio: efetivos ou cuja coleta e destinação adequada foi colocada à disposição; que o usuário destinou à reutilização ou reciclagem.
- c) () Consumo de esgoto.
- d) () Frequência da coleta.

QUESTÃO 78

A Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, atualiza o marco legal do saneamento básico e atribui à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento. **Não** caberá à ANA estabelecer normas de referência sobre:

- a) () padrões de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico.
- b) () normas e metas de substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto de tratamento de afluentes.
- c) () sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura dos serviços públicos de saneamento básico.
- d) () metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico para concessões que considerem, entre outras condições, o nível de cobertura de serviço existente, a viabilidade econômico-financeira da expansão da prestação do serviço e o número de Municípios atendidos.

QUESTÃO 79

Assinale a alternativa **incorreta** segundo o que dispõe a Lei 13.848/2019 sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras:

- a) () As agências reguladoras devem adotar práticas de gestão de riscos e de controle interno e elaborar e divulgar programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção.
- b) () A agência reguladora deverá implementar, em cada exercício, plano de comunicação voltado à divulgação, com caráter informativo e educativo, de suas atividades e dos direitos dos usuários perante a agência reguladora e as empresas que compõem o setor regulado.
- c) () As agências reguladoras poderão articular-se com os órgãos de defesa do meio ambiente mediante a celebração de convênios e acordos de cooperação, visando ao intercâmbio de informações, à padronização de exigências e procedimentos, à celeridade na emissão de licenças ambientais e à maior eficiência nos processos de fiscalização.
- d) () Independentemente do que dispuser a legislação específica, aplica-se o disposto na Lei 13.848/2019 a todas as autarquias especiais caracterizadas como agências reguladoras e criadas a partir de sua vigência.

QUESTÃO 80

Assinale a alternativa correta segundo o disposto na Lei 13.655/2018:

- a) () As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas, os quais terão caráter meramente orientativo, não vinculando o órgão ou entidade a que se destinam.
- b) () A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá sempre indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime, ainda que em prejuízo aos interesses gerais, uma vez que não se pode impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas excessivas.
- c) () Para os fins da Lei 13.655/2018, consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público.
- d) () O advogado público responderá pessoalmente por seus pareceres somente em caso de dolo.

